BC prepara resposta aos banqueiros

ainda fel

por Célia de Gouvêa Franco
de Brasília

O Banco Central (BC) está trabalhando em uma terceira alternativa para a fixação do "spread" (taxa de risco) a ser pago aos bancos internacionais no pacote de renegociação da dívida externa que vai até 1991.

Essa opção é "intermediária" entre a primeira posição do Brasil, que prevê uma taxa média de 1,125% — a mesma obtida pelo México —, e a contraproposta de 1,25% apresentada pelos bancos na semana passada ao presidente do BC, Affonso Celso Pastore, que esteve em negociações com os credores privados do dia 2 até a última quinta-feira.

Até o início da tarde de ontem, porém, não havia ainda uma definição da parte das autoridades brasileiras quanto à posição a ser levada por Pastore no próximo dia 28, quando serão reiniciadas as negocia-

ções. Depois de uma primeira reunião entre os ministros Delfim Netto, do Planejamento, e Ernane Galvêas, da Fazenda, com Pastore, ontem pela manhã, decidiu-se trabalhar nessa nova hipótese para o "spread".

O Brasil tem três opções: manter sua posição inicial; aceitar a contraproposta dos banqueiros; e jogar na mesa a nova alternativa. Novos encontros entre os ministros e o presidente do BC estão marcados para esta semana — hoje será realizado outro —, até que se acerte a posição brasileira.

A decisão de suspender temporariamente, na quinta-feira, as conversações com os bancos privados partiu do próprio Pastore, de acordo com um dos seus assessores. Ao receber a contraproposta dos banqueiros, Pastore disse que precisava conversar pessoalmente com os ministros Delfim e Galvêas e propôs a interrupção até o próximo dia 28. "Foi um lance nesse jogo de xadrez, em que não se pode dar nenhum sinal de pressa", comentou uma fonte do BC.

Ao mesmo tempo que se negociava a rolagem da dívida de 1985 a 1991, os representantes do governo brasileiro presentes à reunião de Nova York elaboravam, desde o início de janeiro, um relatório que será enviado aos bancos privados quando terminar a renegociação. Nesse relatório estará incluída a informação de que os dados preliminares disponíveis no BC indicam que foi possível cumprir com tranquilidade as metas para a área externa, inclusive de acúmulo de reservas.

Um aspecto da economia tem, porém, preocupado os bancos privados: a execução da política monetária e seus efeitos sobre a inflação. E isso porque ficou evidente que não será possível cumprir a meta fixada para a base monetária (emissão primária de

moeda) na sétima carta de intenção negociada com o FMI e divulgada na semana passada.

O próprio Banco Central, informou uma fonte categorizada, está trabalhando informalmente com a possibilidade de conseguir no máximo uma retração de 10% e não dos 24% necessários para se cumprir o acerto feito com o FMI. "O que conseguirmos a mais do que uma queda de 5% será lucro", comentou.

Até agora, em janeiro, não se chegou nem perto sequer dos 10% de queda. No dia 8, de acordo com nota oficial divulgada pelo BC, a base monetária havia caído 5,7% em relação a dezembro, mas na semana passada a retração era menor, de 3 a 4%. Essa oscilação seria, contudo, sazonal, já que refletiria a maior necessidade de dinheiro para pagamento dos salários no dia 10.

A expectativa do BC ainda é de uma redução maior da base monetária em janeiro. Mesmo porque o saldo do papel-moeda em circulação tem apresentado uma diminuição entre Cr\$ 500 bilhões e Cr\$ 1 trilhão em relação a dezembro.

O relatório sobre economia brasileira a ser enviado aos credores brasileiros também traz previsões detalhadas sobre as estimativas de crescimento da economia. Essas projeções foram refeitas na semana passada, depois que se fizeram também as contas da área externa, a partir da queda dos juros internacionais.

O ministro da Fazenda, Ernane Galvêas, segue no próximo dia 29 para Paris, onde trará negociações com o Clube de Paris. Ele pretende buscar um acordo de financiamento pluri-anual para as dívidas de governo a governo, a exemplo do que está ocorrendo com os bancos privados internacionais.